

09 SET 1991
O GLOBO

Fazer dinheiro

Economia - Brasil

HEITOR BASTOS-TIGRE

A romancista americana Ayn Rand observa com muita propriedade no livro "Quem é John Galt" a diferença entre ganhar dinheiro e fazer dinheiro.

A expressão ganhar dinheiro é sem dúvida a mais conhecida entre nós. É a expressão que herdamos dos nossos antepassados. É fruto da nossa cultura ibérica, quando não se tinha o hábito de fazer dinheiro, bastava ganhá-lo. Os senhores feudais saqueavam o dinheiro de seus súditos, que o produziam. Conquistavam a virtude da fortuna pela lâmina da espada ou pela ponta do fuzil. Legitimavam seu direito ao saque, pelas leis que eles próprios outorgavam.

Segundo Ayn Rand, só no século passado, como resultado de uma sociedade moderna, onde prevaleceram o trabalho sobre a preguiça, a coragem sobre a covardia, a legitimidade sobre o saque, é que se percebeu a diferença entre ganhar e fazer dinheiro. Ficou claro para os homens de bem que dinheiro não se ganha, se faz; que dinheiro não pode ser obra do esperto, do mais forte, do afilhado do rei; que dinheiro deve ser a recompensa do trabalho honesto. E, assim, surgiu uma sociedade em que todos são iguais perante a lei; que não beneficia o preguiçoso, e recompensa o trabalho. Esse mundo novo percebeu que dinheiro não poderia ser o troféu dos mais audaciosos. Que deveriam pertencer, como recompensa pelo esforço, a inteligência e o talento aos homens que trabalham e que legam sua criatividade às gerações futuras. Ao contrário dos nossos antepassados europeus que recompensavam os mais espertos.

Esta nova sociedade entendeu que um país onde as leis protegem os

eleitos; que distribui privilégios e honera o trabalho, não pode prosperar por muito tempo. Como diria Francisco D'Anconia, "um regime que se sustenta na força dos covardes, mas que depende do trabalho dos honestos, está condenado a desaparecer", ou o que é pior, a depender da benevolência de seus aliados, como tantos países neste final de século, inclusive a União Soviética.

Tenho visto comparações entre o Brasil e os países do Primeiro Mundo, e, até mesmo, os tigres asiáticos que conseguiram dobrar a renda per capita de seus cidadãos em apenas dez anos. Pois bem, a diferença é muito simples. Lá os saqueadores são condenados, porque as leis defendem a propriedade. As instituições protegem a excelência, e estão a serviço do cidadão íntegro, honesto, trabalhador. No Brasil, ao contrário, criou-se uma categoria de saqueadores legais. São funcionários públicos, aqueles que desfrutaram de estabilidade no emprego; são fiscais de leis, posturas e normas, predispostos a extorquir o empresário que não tem como se defender desse assédio criminoso; são políticos, em número excessivo, que consomem em demasia e quase nada oferecem à sociedade. Todos legitimados pela lei, e, pois, protegidos pelo Judiciário. Usam do artifício do interesse público para tomar (ou melhor, ganhar) dinheiro do homem honrado e trabalhador.

Para os que estão inquietos com o futuro do Brasil, eu diria: vocês têm boa razão, porque quando o dinheiro é ganho por aqueles que vendem influência, ao invés daqueles que vendem trabalho; quando a lei protege aquele que rouba, que achaca, que oferece proteção, e condena quem produz, gera riqueza e felicidade; quando a corrupção é recompensada e a probidade é um sacrifício; quando o deputado é receptor de carros

roubados e seu irmão traficante; quando a justiça é feita pelo bandido, a polícia assalta banco, e o juiz fraudava a Previdência... e por outro lado, quando se prende o gerente do supermercado, os pais adotivos do menor abandonado, e o diretor da escola particular, não tenham dúvida, a sociedade está condenada.

O trabalho é uma atividade moralmente elevada, que necessita de uma perfeita coordenação física e intelectual para a realização de uma tarefa, e, por isso, não pactua com a violência e o arbítrio. Foi assim a decadência da Argentina peronista, foi assim nos países socialistas, e está sendo assim no Brasil. Onde predomina o privilégio, onde o Governo e seus agentes tabelam, confiscam e regulamentam, o trabalho se afasta para não ser obrigado a competir com o irracional, o imprevisível, o imponderável.

É difícil contabilizar o prejuízo sofrido pelo Brasil, como consequência dessa política de pilhagem do patrimônio público e do trabalho honesto. São bilhões de cruzeiros que deixam de ser investidos no mercado produtivo; milhares de pessoas que imigram, pela falta de perspectiva local. São nossos filhos que ingressam na idade de trabalho e não encontram emprego. É de estarrecer ver brasileiros de origem japonesa, italiana, portuguesa, alemã, forçados a voltar para a terra de seus antepassados, porque o País que seus avós procuraram para viver uma vida melhor não é capaz de oferecer condições necessárias para o exercício de um direito inerente à própria condição humana, um direito que sequer nossa Constituição contempla de modo prioritário — a liberdade de trabalhar e fazer dinheiro.

Heitor Bastos-Tigre é advogado e Diretor do Instituto Liberal.